

600 QUESTÕES

TRT-MG

ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✓ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✓ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✓ Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- ✓ Questões gabaritadas



Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br



TRT - MG

600 Questões Gabaritadas
Analista Judiciário - Área Judiciária

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	60

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

LEGISLAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	13

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	22

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	24

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	23



1. (FUMARC - 2023)

DRIBLO MINHAS LIMITAÇÕES

Nathalia Santos, 30, como é ser cega e atuar como assistente de direção da novela Todas as Flores, da Globo

SEMPRE FUI FASCINADA pela televisão, mas não me via trabalhando na área. Aconteceu por acaso. Dez anos atrás, Regina Casé cutucou no Twitter: “Quem quiser ir ao Esquenta, comenta aqui”. Eu comentei, acabei indo ao programa e fiz um tour pelos bastidores. Eles tinham uma biblioteca itinerante com um livro de Jorge Amado em braile, e Regina perguntou se alguém na plateia conseguiria fazer a leitura. Me candidatei. Ela aí quis saber como havia aprendido braile e respondi que era cega, o que ela ainda não tinha notado. “Como assim, cega?”, disse com aquela espontaneidade dela. Ficamos amigas e ali começou minha história no mundo do entretenimento. Virei pesquisadora do Esquenta, depois engatei em programas jornalísticos, até chegar à função atual – assistente de direção de uma novela, a primeira com minha deficiência na história da emissora.

Driblo obstáculos o tempo todo. O mundo ainda não está preparado para quem não enxerga. Meu trabalho só é possível graças ao time que me ajuda em vários terrenos, a começar pelas adaptações físicas que fizeram para que eu possa desempenhar minhas tarefas. O pessoal da cenografia, por exemplo, criou plantas dos cenários em alto relevo, para me familiarizar com o ambiente onde atuo. A equipe de figurino produziu pranchas com detalhadas descrições, e a turma de sistemas de tecnologia personalizou programas para uso do leitor de tela. Instalaram também um piso tátil no caminho dos estúdios e sinalização sonora nas roletas. Isso é só para viabilizar o

que vem em seguida. Antes de entrar no set, converso em profundidade com o diretor artístico, Carlos Araújo. E, nas gravações, diretor e atores vão me informando sobre a posição de cada um e várias outras minúcias, desde a cor do tapete e a localização precisa da cadeira onde um personagem vai se sentar até o lugar onde a câmera se encontra naquele exato momento.

Ao entrar para a equipe de Todas as Flores, fiz questão de me mexer para que essa minha experiência se estendesse a outros setores da empresa. Tenho muito orgulho de dizer que, hoje, a gente já conta com consultores, preparador de elenco, operador de áudio, atores, uma turma de pessoas com deficiência que trabalha duro e muito bem. Sei que não seria escalada para uma novela de prestígio apenas por ser cega. A qualidade do meu trabalho é determinante. Sou a única cega da minha família, nasci assim, com uma distrofia chamada retinose pigmentar. Cresci em uma favela da Zona Norte carioca e tive uma infância boa. Claro que era café com leite em algumas brincadeiras, mas nunca deixei de participar, ainda que tenha ouvido frases que me feriram ao longo do percurso. Não esqueço quando um professor me disse, no ensino médio, que não dava aula a alunos com deficiência. Ninguém faz ideia de quanto machuca.

Sou mãe de um menino de 2 anos e estou grávida de novo, de vinte semanas. Imagine que, nos dias de hoje, ainda olham para mim e acham que sou incapaz de exercer a maternidade. Pensam que meu marido é pai e mãe, apenas porque não enxergo. Sofro com isso. Adoro ser mãe. Na primeira ultrassonografia desta segunda gestação, cheguei ao exame uma hora antes. Como estava demorando, procurei saber a razão do atraso e falei que era deficiente. Tinha direito à prioridade por lei. A atendente chamou meu marido, sem se dirigir a mim, e disse que lá todo mundo era preferencial. Quando vamos ao restaurante, perguntam a ele o que eu quero, e não a mim. Mal sabem que meu ouvido é apuradíssimo e que meus olhos são minhas mãos. Ainda falta à sociedade compreensão sobre diferenças. Abertura à diversidade é chamar para o baile, mas a verdadeira inclusão é deixar escolher a música.

(Fonte: **Revista Veja**, Editora Abril, edição 2823, ano 56, nº 1, 11 jan. 2023, p. 69) – Adaptado

Na frase: “Quando **vamos** ao restaurante, **perguntam** a ele o que eu quero, e não a mim.”, os verbos destacados estão no presente do indicativo. **No pretérito perfeito do indicativo**, a forma **CORRETA** é:



1. (FUMARC - 2026)

Carlos está desenvolvendo um modelo BIM (*Building Information Modeling*) complexo em um ambiente Windows 10, gerenciando múltiplos fluxos de trabalho simultâneos, como simulações estruturais, análise de cargas e renderizações arquitetônicas. Para evitar sobreposição de janelas e manter a organização em sua *pipeline* de engenharia, ele opta por implementar desktops segmentados, criando “compartimentos virtuais” dedicados a cada fase do projeto.

O Windows possui um recurso que permite ao Carlos criar esses “compartimentos virtuais”. Qual?

- (A) Áreas de Trabalho Virtuais.
- (B) Gerenciador de Dispositivos.
- (C) Painel de Controle.
- (D) Windows Defender.

2. (FUMARC - 2025)

Você está trabalhando em um projeto importante e precisa encontrar um arquivo específico que contém dados cruciais. Lembra-se de ter salvo o arquivo em uma pasta com um nome similar a outros projetos que você está trabalhando. Além disso, você modificou o arquivo recentemente, mas não se lembra do nome exato do arquivo após a modificação.

Qual combinação de ferramentas do Windows 10 você utilizaria para encontrar esse arquivo de forma mais eficiente, considerando as informações disponíveis?

- (A) Explorador de Arquivos e Lixeira.
- (B) Ferramenta de Pesquisa do Windows e Histórico de Arquivos.
- (C) Gerenciador de Tarefas e Lixeira.
- (D) Painel de Controle e Ferramenta de Pesquisa do Windows

3. (FUMARC - 2025)

O recurso “Acesso Rápido” do Explorador de Arquivos no Windows 10 é utilizado para facilitar o acesso a pastas frequentemente usadas e melhorar a organização dos arquivos. Muitos usuários buscam compreender melhor suas funcionalidades para otimizar a navegação e o gerenciamento de documentos no sistema.

Sobre o recurso “Acesso Rápido” no Explorador de Arquivos do Windows 10, todas as afirmativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- (A) É possível fixar uma pasta ao “Acesso Rápido”, clicando com o botão direito do mouse e escolhendo a opção “Fixar no Acesso Rápido”.
- (B) No “Acesso Rápido”, as pastas fixadas aparecem automaticamente em ordem alfabética e não podem ser reorganizadas manualmente pelo usuário.
- (C) O “Acesso Rápido” também exibe automaticamente os arquivos usados recentemente na seção “Arquivos Recentes”.
- (D) O usuário pode limpar a lista de histórico do “Acesso Rápido” através das opções de Pasta, seção Privacidade e opção que indica “Limpar Histórico”.

**1. (FUMARC - 2022)**

A **idade mínima** para investidura no cargo de servidor público é de

- (A) 16 (dezesseis) anos,
- (B) 18 (dezoito) anos.
- (C) 21 (vinte e um) anos.
- (D) 35 (trinta e cinco) anos.
- (E) escolha da banca do concurso.

2. (FUMARC - 2022)

O provimento é o ato administrativo de preenchimento dos cargos públicos vagos. Existem duas espécies de provimento:

- (A) Derivado e vacante.
- (B) Originário e derivado.
- (C) Originário e secundário.
- (D) Principal e secundário.
- (E) Secundário e provido.

3. (FUMARC - 2022)

A ajuda de custo paga ao servidor é espécie de

- (A) adicional.
- (B) gratificação.
- (C) indenização.
- (D) premiação.
- (E) vencimento.

4. (FUMARC - 2022)

Acerca do servidor que fizer jus à indenização de transporte, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É permitida a concessão, cumulativamente, de passagens e auxílio-transporte.
- (B) É prerrogativa inerente ao servidor público.
- (C) É vedada a incorporação da indenização de transporte a vencimentos, remuneração, provento ou pensão.
- (D) Não impede o acúmulo com o uso de veículo oficial para execução de serviço externo.
- (E) Trata-se de parcela remuneratória.

**1. (FUMARC - 2023)**

Sobre a classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade, é INCORRETO afirmar:

- (A) A eficácia jurídica da norma se distingue da sua eficácia social, sendo a primeira relativa à efetividade e a segunda, à aplicabilidade.
- (B) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que nascem com plena eficácia, reunindo os requisitos necessários para a produção de todos os efeitos jurídicos imediatos, mas que poderão ter seu âmbito de eficácia restringido pelo legislador infraconstitucional.
- (C) As normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que carecem de regulamentação para a produção de todos os seus efeitos jurídicos, a exemplo do artigo 33 da Constituição da República.
- (D) As normas constitucionais de eficácia plena são dotadas de aplicabilidade imediata, possuindo, pois, aptidão para gerar efeitos jurídicos, independentemente, de atos legislativos infraconstitucionais.

2. (FUMARC - 2023)

As normas de direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 vinculam, por sua eficácia,

- (A) a função jurisdicional apenas se a matéria for regulamentada por Lei.
- (B) as funções Executiva e Judiciária, mas não a função Legislativa.
- (C) as funções Legislativas, Executivas e Judiciárias.
- (D) todas as funções do Estado, mas sua interpretação é de competência exclusiva do Poder Legislativo por meio de Lei.

3. (FUMARC - 2023)

As normas constitucionais que protegem direitos e garantias fundamentais, se violadas, fundamentam reivindicação perante o Poder Judiciário?

- (A) Em regra, sim, porque possui eficácia plena e direta.
- (B) Não, pois o Poder Judiciário não pode aplicar normas constitucionais a casos concretos.
- (C) Não, se a violação partir de autoridade política, pois estas não podem ser julgadas pelo Poder Judiciário.
- (D) Sim, desde que haja regulamentação legal da matéria.

4. (FUMARC - 2023)

Os direitos e as garantias fundamentais, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em favor do titular e em face das funções de Estado,

tem aplicabilidade

- (A) direta apenas em face de autoridades federais.
- (B) direta, salvo se exigida regulamentação legal pela própria Constituição.



1. (FUMARC - 2024)

As cinco principais etapas do processo de organização são, segundo Samuel C. Certo (2003):

- I. Refletir sobre planos e objetivos.
- II. Estabelecer as tarefas principais.
- III. Dividir as tarefas principais em subtarefas.
- IV. Destinar recursos e instruções para as subtarefas.
- V. Avaliar os resultados da estratégia organizadora implementada.

Os gerentes devem repetir essas etapas constantemente para obter feedback que os ajudará a aperfeiçoar a organização. Tomando como exemplo a gerência de um restaurante, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Quando o gerente determina as principais tarefas ou trabalhos a serem realizados dentro do restaurante, estará desenvolvendo a quinta etapa.
- (B) Quando o gerente determina quem anotará os pedidos e quem limpará as mesas, assim como os detalhes da relação que existirá entre essas duas pessoas, considerando o tamanho das mesas e como elas estarão posicionadas, estará desenvolvendo a quarta etapa.
- (C) Quando o gerente pensa sobre os planos e objetivos do restaurante, de modo a determinar como o restaurante alcançará suas metas e em que os recursos serão utilizados para concretizar os planos, estará desenvolvendo a segunda etapa.
- (D) Quando o gerente recolhe informações sobre como a estratégia está funcionando, estará desenvolvendo a primeira etapa.

2. (FUMARC - 2023)

Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira divide a organização em Estrutura Organizacional Formal e Estrutura Organizacional Informal, sendo a Organização Formal “aquela deliberadamente planejada e formalmente representada, em alguns de seus aspectos, pelo organograma” e a Organização Informal “é a rede de relações sociais e pessoais que não é estabelecida ou requerida pela estrutura formal. Surge da interação social das pessoas, o que significa que se desenvolve, espontaneamente, quando as pessoas se reúnem. Portanto, apresenta relações que, usualmente, não aparecem no organograma”.

Quanto à Estrutura Organizacional Informal, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A maior rapidez no processo decisório proporcionada por esta modalidade é considerada uma desvantagem.
- (B) Considera uma desvantagem desta modalidade o fato de que a mesma provoca desconhecimento da realidade empresarial pelas chefias.
- (C) Um ponto negativo desta modalidade é a redução da carga de comunicação dos chefes.
- (D) Uma das vantagens desta modalidade é a dificuldade do controle.



1. (FUMARC - 2022)

São exemplos proclamados de direitos sociais no Brasil, segundo a Constituição Federal, art. 6º, **EXCETO**:

- (A) a assistência aos desamparados.
- (B) a educação.
- (C) a previdência privada.
- (D) a saúde.
- (E) o trabalho.

2. (FUMARC - 2022)

Os direitos dos trabalhadores, elencados no Art. 7º da Constituição vigente, são de titularidade

- (A) apenas dos trabalhadores que assim pactuarem em contratos formais.
- (B) apenas dos trabalhadores urbanos, exceto os domésticos.
- (C) apenas dos trabalhadores urbanos.
- (D) dos trabalhadores urbanos e rurais, exceto os trabalhadores domésticos.
- (E) dos trabalhadores urbanos e rurais.

3. (FUMARC - 2021)

Nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais:

- (A) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (B) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança pública, a assistência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (C) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a assistência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- (D) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a assistência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

4. (FUMARC - 2022)

A opção que define **CORRETAMENTE** o empregador é:

- (A) Empresa, apenas coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- (B) Empresa, individual ou coletiva, que firme contrato de trabalho.
- (C) Empresa, individual ou coletiva, que, ainda que não assuma os riscos da atividade econômica, admite e remunera a prestação pessoal de serviço.

**1. (2025)**

No que concerne à ação de embargos à execução, é correto afirmar que:

- (A) caso o embargante alegue, como causa de pedir, o excesso de execução, caber-lhe-á declarar, em sua petição inicial, o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo;
- (B) o prazo para o seu oferecimento é de 15 dias, o qual se computa em dobro se se tratar de executados que tenham constituído advogados diferentes, de escritórios de advocacia distintos;
- (C) caso o juiz inadmita liminarmente a petição inicial por reputar intempestiva a demanda, caber-lhe-á proferir sentença de improcedência do pedido, com aptidão para a formação da coisa julgada material;
- (D) o oferecimento da prévia garantia do juízo, mediante penhora, depósito ou caução, constitui condição de procedibilidade da demanda;
- (E) é vedado ao juiz atribuir efeito suspensivo à demanda, para o fim de obstar ao prosseguimento da execução, sob pena de violação à garantia da razoável duração do processo.

2. (2024)

Ulisses foi citado em ação de execução em razão do inadimplemento de dívida constante de documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.

Ulisses reconhece a dívida, porém entende que o valor pleiteado está superior ao devido no título. Nesse caso, Ulisses deverá opor embargos à execução

- (A) mediante depósito prévio integral do valor da causa indicado pelo exequente, sendo 30% no ato da petição inicial e o restante com parcelamento em até 6 vezes.
- (B) mediante depósito prévio integral do valor da causa indicado pelo exequente.
- (C) independentemente de depósito prévio, porém deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto.
- (D) mediante depósito prévio de 30% do valor da causa indicado pelo exequente.
- (E) mediante depósito prévio do valor que entende correto.

3. (2024)

Analisar as proposições abaixo, acerca dos embargos à execução:

- I. Os embargos à execução possuem natureza de defesa & devem ser opostos nos próprios autos da execução.
- II. Os embargos à execução podem ser opostos independentemente do oferecimento de penhora, depósito ou caução.
- III. Quando há mais de um executado o prazo para embargar conta-se sempre da juntada aos autos do último comprovante de citação.
- IV. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito alegar como defesa em processo de conhecimento.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma **APENAS** em

**1. (2026)**

Segundo o que dispõe o Código Civil, a personalidade da pessoa natural começa com

- (A) o nascimento com vida, ficando o indivíduo plenamente habilitado para a prática dos atos da vida civil aos 16 anos de idade completos.
- (B) a concepção, sendo postos a salvo, após o terceiro mês da gestação, os direitos do nascituro, tornando-se o indivíduo plenamente capaz aos 18 anos de idade completos.
- (C) o nascimento com vida, passando a pessoa a ser plenamente capaz para exercer os atos da vida civil aos 16 anos de idade completos.
- (D) a concepção, ficando plenamente o indivíduo habilitado para a prática dos atos da vida civil aos 18 anos de idade completos.
- (E) o nascimento com vida, sendo assegurados, desde a concepção, os direitos do nascituro, e cessando a menoridade aos 18 anos de idade completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

2. (2024)

Tereza, 35 anos, casada com Paulo, encontra-se internada em coma induzido e sem previsão de alta, em razão de um acidente automobilístico. Paulo, preocupado com a situação de Tereza e precisando dar continuidade aos negócios e responsabilidades usuais da vida, promove ação de curatela em face de sua esposa. São juntados todos os laudos médicos que comprovam a situação de Tereza.

Diante da situação hipotética narrada, constatado que Tereza não pode expressar sua vontade, é **correto** afirmar que

- (A) será declarada sua incapacidade absoluta, o que significa a ausência de capacidade de fato e de direito.
- (B) será declarada sua incapacidade relativa, o que significa a ausência de capacidade de fato.
- (C) será declarada sua incapacidade relativa, o que significa a ausência de capacidade de fato e de direito.
- (D) fica dependente de confirmação judicial a validade de todos os atos de natureza patrimonial realizados nos 60 dias anteriores à declaração.
- (E) Não será declarada sua incapacidade, por se tratar de causa transitória.

3. (2022)

O Código Civil, ao tratar da capacidade da pessoa, considera incapazes, relativamente a certos atos ou a maneira de os exercer, aqueles que, entre outros:

- I. por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- II. são ébrios eventuais submetidos a tratamento e pródigos.
- III. são maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- IV. são menores de dezesseis anos e os idosos, ainda que possam exprimir sua vontade.

Está correto o que consta **APENAS** em

**1. (2022)**

Existem várias teorias que buscam explicar a natureza jurídica da jurisdição.

A respeito dessas teorias, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, aos conceitos apresentados a seguir.

Os atos jurisdicionais teriam essa natureza em razão do órgão de que provêm. Ocorre que mesmo tais órgãos também admitem atos administrativos, motivo pelo qual não podem ser aceitos.

Considera-se que a jurisdição tem a finalidade de tutelar direitos e aplicar a lei ao caso concreto. É criticável na medida em que é possível que haja necessidade de tutela, ainda que não exista direito subjetivo violado.

A jurisdição assegura a vigência do direito, que é aplicável ao caso concreto. Não é capaz de separar os atos administrativos dos atos judiciais e, por isso, também é criticável.

O Estado-Juiz substitui a vontade das partes por meio da atividade de seus órgãos jurisdicionais, fazendo com que haja a atuação da vontade concreta da lei.

- (A) Teoria da substituição / Teoria objetiva / Teoria subjetiva / Teoria organicista.
- (B) Teoria organicista / Teoria subjetiva / Teoria objetiva / Teoria da substituição.
- (C) Teoria organicista / Teoria objetiva / Teoria da substituição / Teoria subjetiva.
- (D) Teoria objetiva / Teoria subjetiva / Teoria organicista / Teoria da substituição.
- (E) Teoria subjetiva / Teoria objetiva / Teoria da substituição / Teoria organicista.

2. (2026)

A respeito dos sujeitos da relação processual civil, assinale a opção **correta**.

- (A) O juiz poderá limitar o número de litisconsortes necessários quando isso ensejar comprometimento da rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- (B) Nos casos de incapacidade absoluta, há necessidade de assistência; nos casos de incapacidade relativa, há necessidade de representação.
- (C) Nas ações judiciais que versarem sobre direito real imobiliário, é imprescindível o consentimento recíproco dos cônjuges para viabilizar a propositura da ação, independentemente do regime de casamento.
- (D) O litisconsórcio será facultativo quando houver disposição específica em lei.
- (E) O Código de Processo Civil estende a capacidade de ser parte a alguns entes despersonalizados, por exemplo, a massa falida e o espólio.

3. (2023)

O juiz percebeu que o procurador do réu não tinha regular inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, nem sequer era advogado. Nesse sentido, o juiz suspendeu o processo, ainda na instância originária, e determinou que se regularizasse a representação da parte ré. Todavia, o réu não constituiu outro procurador, porque queria ser defendido por aquele que indicara anteriormente e que assumiria qualquer ônus pela falta de técnica processual em sua defesa.

Nesse sentido, o juiz deverá:



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!